

ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E PLANO DE BENEFÍCIOS PARTILHADOS

Maio 2026

Parque Eólico do Paiva

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
O PROMOTOR E O PROJETO	3
A Lightsource BP	3
O Parque Eólico do Paiva	4
ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E BENEFÍCIOS PARTILHADOS	6
Compromisso e enquadramento legal	6
Medidas-padrão e diretrizes a desenvolver para o projeto de envolvimento das comunidades locais em consonância com o Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril conforme redação atual	7
Compatibilização de usos comunitários com a implantação e operação do projeto eólico (enquadrável na alínea a) do Artigo 6.º)	7
Promoção do emprego local (enquadrável na alínea b) do Artigo 6.º)	7
Biodiversidade e sensibilização ambiental (enquadrável na alínea c) do Artigo 6.º)	7
Estratégia de Envolvimento das Comunidades Locais	8
DIALOGAR	9
O Mapa de Interlocutores	9
Escuta Ativa:	10
<i>Ouvir e corresponder</i>	10
<i>O que já foi feito</i>	10
ENVOLVER	14
Benefícios Macro	14
Benefícios de Proximidade	17
Benefícios de proximidade:	17
<i>O que já foi feito</i>	17
Parcerias estratégicas:	20
❏ <i>Parceria com o PRO-MOV</i>	20
❏ <i>Parceria com ONGs “Just A Change” e “Fundação Energia Responsável” para o desenvolvimento do Banco de Energia do Projeto</i>	21
❏ <i>Parceria com a ADENE – Agência para a Energia</i>	21
❏ <i>Parceria com a MoviJovem</i>	21
COLABORAR	22
O Plano de Benefícios Partilhados	22
Benefícios Partilhados:	23
<i>O que já foi feito</i>	23
<i>O que queremos fazer</i>	24

PLANO DE AÇÃO	29
<i>Envolvimento ajustado à fase do projeto</i>	29
Até ao Início da Construção	29
Durante a Construção	30
Da Conclusão da Obra ao Início da Operação	30
<i>Envolvimento focado no empoderamento local</i>	30
Comissão de Acompanhamento do Parque Eólico Paiva	31
Memorando de Entendimento com todos os Municípios	31
CONCLUSÃO	32

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Enquadramento territorial do Parque Eólico do Paiva
Tabela 2a - Escuta Ativa - Sessões realizadas
Tabela 2b - Escuta Ativa – Sessões agendadas
Tabela 3 - Benefícios de proximidade – o que já foi feito
Tabela 4 - Benefícios partilhados - o que já foi feito

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Lightsource bp: enquadramento institucional e escala de atuação.
Figura 2 – Valores chave do Parque Eólico do Paiva
Figura 3 - Enquadramento territorial do Parque Eólico Paiva
Figura 4 - Estratégia de envolvimento: Dialogar, Envolver e Colaborar.
Figura 5 – Mapa de interlocutores do Parque Eólico Paiva
Figura 6 - Eixos de valor partilhado: qualidade de vida, desenvolvimento económico local e transição energética.
Figura 7 - Delimitação cadastral dos baldios de Côta.
Figura 8 - Delimitação cadastral dos baldios de Queiriga.
Figura 9 - Delimitação cadastral dos baldios de Ferreira das Aves.
Figura 10 – Parcerias estratégicas.
Figura 11 - Eixos programáticos do Plano de Benefícios Partilhados.
Figura 12. Proposta de Programas de Benefícios Partilhados do Parque Eólico Paiva

INTRODUÇÃO

O presente documento descreve a **Estratégia de Envolvimento das Comunidades e o Plano de Benefícios Partilhados** associado ao **Parque Eólico Paiva**, promovido pela Lightsource bp, nas Regiões Centro e Norte, Sub-regiões Viseu Dão-Lafões e Douro.

Este relatório surge no âmbito do processo de desenvolvimento e licenciamento do Parque Eólico Paiva, complementando os elementos técnicos constantes do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e demais instrumentos regulatórios aplicáveis, com o objetivo de estruturar de forma integrada e transparente a relação entre o projeto e o território onde se insere.

Neste enquadramento, reconhece-se que projetos desta escala devem ir além do cumprimento estrito das obrigações legais, promovendo uma abordagem proativa de envolvimento das partes interessadas e de geração de valor partilhado, assegurando que os benefícios decorrentes da exploração do recurso eólico sejam também apropriados pelas comunidades locais.

O presente documento tem como objetivo dar resposta ao ponto 8.3 do Pedido de Elementos Adicionais do procedimento de licenciamento ambiental do Parque Eólico de Paiva, onde se solicita o seguinte:

“Apresentar plano para a implementação do Projeto de Envolvimento das Comunidades em articulação com municípios e juntas de freguesia.”

O PROMOTOR E O PROJETO

A Lightsource BP

A Lightsource bp tem como missão tornar-se líder global em energias renováveis *onshore*, sustentada pelo seu histórico comprovado no desenvolvimento de projetos renováveis.

A empresa trabalha ativamente, há mais de uma década, para diversificar a forma como o mundo é alimentado através de energia renovável sustentável e responsável. O seu objetivo é fornecer, de forma segura, soluções de armazenamento de energia e de energias renováveis *onshore* que sejam acessíveis, fiáveis e em grande escala, contribuindo para a descarbonização do planeta.

Com um negócio em constante crescimento, a Lightsource bp continua a inovar e a investir para impulsionar a transição energética. As suas equipas e projetos estão focados em apoiar o crescimento sustentável a longo prazo e reforçar a segurança energética.



Figura 1 - Lightsource bp: enquadramento institucional e escala de atuação.

A entidade que propõe o Projeto (Proponente) é a LSBP Portugal SPV 1, Unipessoal Lda. empresa do grupo Lightsource bp Portugal.

O Parque Eólico do Paiva

O Projeto do Parque Eólico do Paiva e linhas elétricas associadas, tem como objetivo hibridizar a produção solar da Central Solar do Paiva com a instalação de um centro electroprodutor com recurso a energia eólica, formando um parque híbrido que combinar as produções de ambos.

O Projeto do Parque Eólico do Paiva destina-se a aumentar a produção anual de energia elétrica, a partir de uma fonte renovável e não poluente – o vento – através da instalação de 45 aerogeradores, com uma potência nominal de 7,2 MW, contribuindo assim para a diversificação das fontes energéticas do país e para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português, no que diz respeito à produção de energia a partir de fontes renováveis. Estima-se que este projeto, com uma potência total instalada de 324 MW, produza cerca de 571.000 MWh, anualmente.

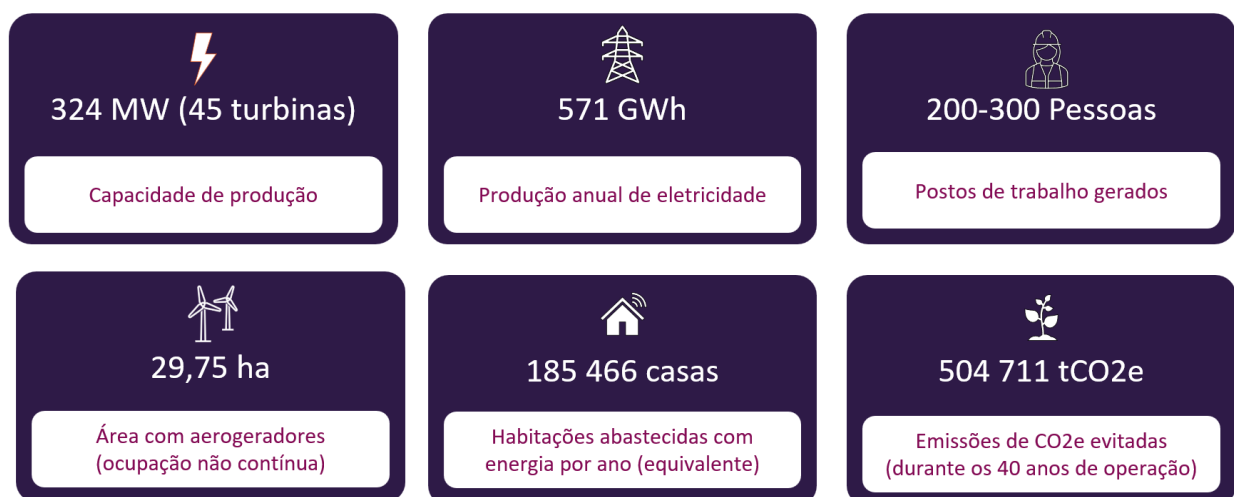


Figura 2 – Valores chave do Parque Eólico do Paiva

O PE do Paiva enquadra-se nas Regiões Centro e Norte, Sub-regiões Viseu Dão-Lafões e Douro, e abrange os distritos de Viseu e da Guarda, integrando-se nos concelhos de Viseu, Vila Nova de Paiva, Sátão, Sernancelhe e Aguiar da Beira. No quadro seguinte resumem-se os municípios e freguesias abrangidas pelo Parque Eólico e pelos corredores das linhas elétricas e respetivos apoios definidos.

NUTS II	NUTS III	Distrito	Concelho	Freguesia	Componente do Projeto
Norte	Douro	Viseu	Sernancelhe	Quintela	AG27, AG29, Corredor LMT Aguiar da Beira Norte (LMT AB Norte), Apoios 8A, 7A, 6A, 5A, 4A
Centro	Viseu Dão-Lafões	Viseu	Viseu	Cota	AG01, AG02, AG03, AG04, AG05, AG06, AG07, AG08, AG09
			Vila Nova de Paiva	Queiriga	AG10, AG11, AG12, AG13, AG14, AG15, AG16, Corredor LMT Covelo-Queiriga (LMT CQ), Corredor LMT Ferreira de Aves (LMT FA), Apoios 1PC2, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19PC1, 1PC1*, 2*, 3*, 4*, 5*, 6*, 7*, 8*, 9*, 10*, 11*, 12*, 13*, 14*, 15*, 16*, 17*, 18*, 19*, 20*, 21*, 22*, 23*, 24*, 62B
				União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	Área de estudo
			Sátão	Ferreira de Aves	AG17, AG18, AG19, AG20, AG21, AG24, Corredor LMT FA, Corredor LMT AB Norte, Apoios 61B, 60B, 59B, 58B, 57B, 56B, 55B, 53B, 52B, 51B, 50B, 49B, 48B, 47B, 46B, 45B, 44B, 43B, 42B, 41B, 40B, 39B, 38B, 37B, 36B, 33B, 32B, 31B, 30B, 29B, 28B, 27B, 26B, 25B, 24B, 23B, 1C, 2C, 3C, 4C, 5C, 6C, 7C, 8C, 9C, 10C, 11C, 22A, 21A, 20A, 19A, 18A, 17A, 12A, 11A, 10A, 9A
				União das freguesias de Águas Boas e Forles	Corredor LMT FA, Corredor LMT AB Norte, Apoios 35B, 34B, 16A, 15A, 14A, 13A
		Guarda	Aguiar da Beira	Pinheiro	AG22, AG23, AG37, AG38
				União das freguesias de	AG25, AG26, AG28, AG30, AG31, AG32, AG33, AG34, AG39, AG40, AG41, AG42, AG43, AG44, AG45, Corredor LMT Aguiar da Beira Interna

NUTS II	NUTS III	Distrito	Concelho	Freguesia	Componente do Projeto
				Aguiar da Beira e Coruche	(LMT AB Interna), Apoios 3A, 2A, 1A, 16D, 15D, 14D, 13D, 12D, 11D, 10D, 9D, 8D, 7D, 6D, 5D, 4D, 3D, 2D, 1D
				União das freguesias de Sequeiros e Gradiz	AG35, AG36

Tabela 1 - Enquadramento territorial do Parque Eólico do Paiva

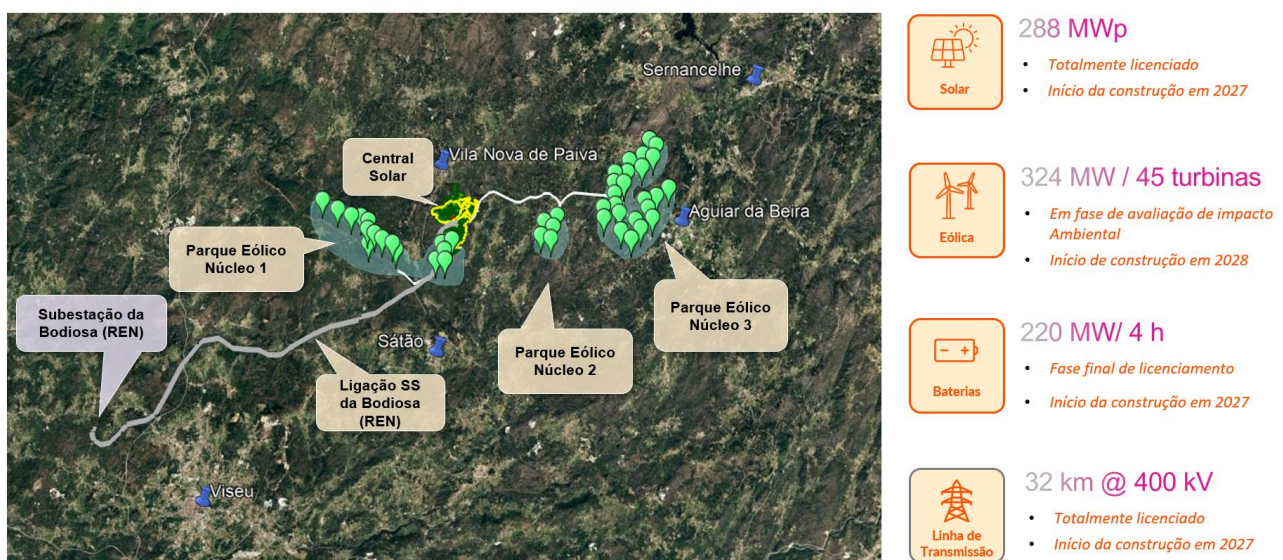


Figura 3 - Enquadramento territorial do Parque Eólico Paiva

A área de implantação insere-se num mosaico territorial com aldeias dispersas, baldios e atividades económicas assentes sobretudo na silvicultura, agricultura, pastoreio extensivo, pequenos serviços de proximidade e um setor turístico de expressão localizada.

O Lightsource bp vê como pilar fundamental da sustentabilidade global do projeto a articulação cuidada entre a infraestrutura energética, os acessos, os usos locais do solo, a gestão florestal e a proteção dos valores ambientais e patrimoniais, assegurando um enquadramento territorial responsável ao longo das fases de construção e operação.

ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E BENEFÍCIOS PARTILHADOS

Compromisso e enquadramento legal

A Lightsource bp tem um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e responsável dos seus projetos, tendo como um dos pilares fundamentais a transparência, ética e respeito pelas comunidades e recursos locais.

Nessa ótica, a Lightsource bp considera o envolvimento de comunidades e outros atores locais e a partilha de benefícios como um elemento central da performance ambiental e social dos seus projetos e uma componente essencial das boas práticas e cidadania empresarial.

A Lightsource bp reconhece que o envolvimento comunitário é um elemento-chave para conseguir e manter o suporte abrangente e sustentado dos principais atores locais ao projeto, uma vez que os pontos de vista, preocupações e interesses locais estão a ser identificados, recebidos, compreendidos e ponderados no desenho e execução do projeto e das políticas e medidas de envolvimento das comunidades locais.

A presente proposta de Estratégia de Envolvimento das Comunidades Locais e Plano de Benefícios Partilhados tem por base a estratégia interna do Promotor e o enquadramento legal português na matéria, no estrito cumprimento do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 14-A/2022, de 26 de abril, e alterado pelos Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro, e Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (e suas retificações), e no seguimento do Despacho Conjunto APA/DGEG relativo a “Título de Reserva de Capacidade e os procedimentos previstos no regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental” (Artigo 2.º, número 1, alínea a)), de 14 de julho de 2023.

Medidas-padrão e diretrizes a desenvolver para o projeto de envolvimento das comunidades locais em consonância com o Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril conforme redação atual

Compatibilização de usos comunitários com a implantação e operação do projeto eólico (enquadrável na alínea a) do Artigo 6.º)

- Compatibilização da implantação do projeto com os usos agroflorestais, silvo pastoris e de circulação existentes no território, em articulação com autarquias, baldios, compartes e demais utilizadores locais.
- Promoção de medidas de melhoria e manutenção de caminhos rurais, acessos e faixas de gestão de combustível, reduzindo constrangimentos às atividades locais e gerando benefícios duradouros para a mobilidade e a prevenção de incêndios.
- Criação de pontos interpretativos e de iniciativas de valorização territorial que permitam enquadrar o projeto na paisagem, apoiar usos educativos e reforçar o conhecimento sobre energia renovável, biodiversidade e património local.

Promoção do emprego local (enquadrável na alínea b) do Artigo 6.º)

- Promoção da reciclagem, formação profissional e emprego da população local em atividades relacionadas com a construção, operação do parque eólico e/ou atividades conexas, com oferta de vagas de formação profissional, ações de capacitação de curta duração e percursos formativos ajustados às necessidades reais do projeto.
- Seleção de fornecedores e empresas locais para as fases de construção, manutenção e operação do parque eólico, com destaque para prestadores de serviços do território nas áreas de logística, acessibilidades, gestão florestal, gestão de combustível e manutenção.

Biodiversidade e sensibilização ambiental (enquadrável na alínea c) do Artigo 6.º)

- Criação de percursos e pontos interpretativos no território do projeto, que fomentem a leitura da paisagem, o conhecimento dos valores naturais e a compreensão das medidas de integração e mitigação associadas ao parque eólico.

- Organização de programas educacionais de energia e meio ambiente nas escolas locais, promovendo ações de sensibilização relativas a energias renováveis, transição energética, biodiversidade, proteção e conservação ambiental e valorização do território.
- Fomento de visitas ao território do projeto e à sua envolvente durante a operação, dirigidas a crianças, jovens e grupos de adultos associados a stakeholders locais, por forma a comunicar o funcionamento do parque eólico e as medidas adotadas para compatibilizar a exploração com os valores ecológicos e comunitários.

Estratégia de Envolvimento das Comunidades Locais

A estratégia de envolvimento das comunidades locais associada ao Parque Eólico Paiva assenta num modelo estruturado, contínuo e faseado de interação com os principais *stakeholders* locais e regionais, nomeadamente o poder público, os baldios, os compartes e as comunidades potencialmente mais expostas, visando assegurar transparência, confiança e participação informada ao longo de todo o ciclo de vida do projeto.

Esta abordagem reconhece a importância de integrar as expectativas e preocupações das comunidades potencialmente afetadas, promovendo mecanismos de comunicação bidirecional que permitam não apenas a divulgação de informação sobre o projeto, mas também a recolha ativa de contributos, sugestões e eventuais preocupações relacionadas com paisagem, ambiente sonoro, acessos, biodiversidade, uso do solo e distribuição de benefícios.

Adicionalmente, esta estratégia encontra-se diretamente articulada com o Plano de Benefícios Partilhados, assegurando que o envolvimento comunitário não se limita à componente consultiva, mas evolui para uma lógica de criação de valor partilhado, através da implementação de medidas económicas, sociais e territoriais concretas. Deste modo, promove-se uma integração equilibrada do Parque Eólico do Paiva no território, reforçando a aceitação social do projeto e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.



Figura 4 - Estratégia de envolvimento: Dialogar, Envolver e Colaborar.

DIALOGAR

O primeiro passo para iniciar um diálogo proativo é a identificação precoce das partes interessadas no âmbito do projeto. Nesse sentido, a metodologia da Lightsource bp envolve a elaboração de um mapa completo das partes interessadas, bem como uma classificação dos grupos de interesse, com o objetivo de preparar a fase seguinte de aproximação.

Tendo em conta o acima descrito, foi o seguinte o plano de análise definido:

- Construção de um MAPA DE INTERLOCUTORES
- Identificação e caracterização de GRUPOS DE INTERLOCUTORES por nível de prioridade no contacto/envolvimento

O Mapa de Interlocutores

O levantamento de *stakeholders* constitui uma etapa central para o processo de Envolvimento das Comunidades e para a construção do Plano de Benefícios Partilhados, na medida em que permite identificar e compreender os diferentes atores com presença no território e com interesse, sensibilidade ou capacidade de influência relativamente ao projeto. Este trabalho é determinante para assegurar um processo de envolvimento mais sólido, inclusivo e ajustado à realidade local, criando melhores condições para a auscultação das comunidades e para a identificação das suas expectativas, preocupações e prioridades.

Neste contexto, os *stakeholders* identificados foram organizados em diferentes grupos, de acordo com a sua natureza e âmbito de atuação. Entre estes, incluem-se a **administração local**, que integra os órgãos autárquicos e as estruturas de governação de proximidade; o **tecido associativo local**, que abrange entidades de caráter social, cultural, desportivo, recreativo, cinegético, agrícola e de proteção civil; **as plataformas e os atores da sociedade civil com sensibilidade temática**, ligados, entre outras matérias, às dimensões ambiental, patrimonial, territorial e sociocultural; e, por fim, as **entidades institucionais e técnicas de âmbito supralocal**, detentoras de competências especializadas relevantes para o enquadramento do projeto.

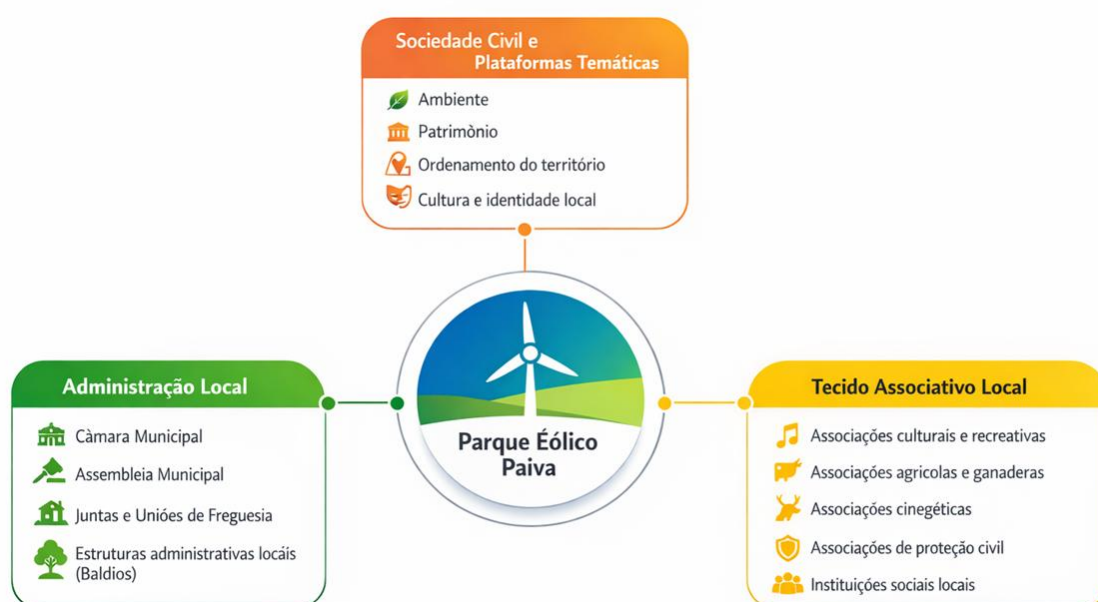


Figura 5 – Mapa de interlocutores do Parque Eólico Paiva

No total foi identificada uma **rede de mais de nove dezenas de instituições nacionais, regionais, locais, concelhias e de freguesia** suscetíveis de permitir um entrosamento adequado e uma definição de prioridades alinhada com o território e as comunidades.

Para assegurar a eficácia do trabalho de campo, as instituições e os contactos foram categorizados em função do seu grau de proximidade ao território, relevância temática, capacidade de influência e prioridade de envolvimento nas diferentes fases do projeto. Esta sistematização permite definir abordagens de contacto diferenciadas, ajustar os métodos de auscultação a cada perfil de interlocutor e otimizar a recolha de informação estratégica junto dos atores mais relevantes.

Escuta Ativa:

Ouvir e corresponder

A escuta ativa no Parque Eólico do Paiva é um processo contínuo e bidirecional de auscultação, diálogo e resposta, apoiado por linguagem clara e mecanismos de seguimento. O processo inclui contactos regulares (reuniões, assembleias e sessões de esclarecimento) com uma ampla gama de atores, designadamente juntas de freguesia, assembleias de compartes, câmaras municipais, associações, representantes eclesiais, empresários e população em geral, assegurando diversidade de interlocutores e enraizamento territorial.

As matérias abordadas abrangem baldios, ambiente sonoro, atividade cinegética, número e localização de aerogeradores, comunidades de energia, Fundo de Investimento Comunitário, empregabilidade, memorandos de entendimento e fornecimentos locais.

Em síntese, o processo já revela continuidade do diálogo, pluralidade de interlocutores, identificação de preocupações substantivas, resposta efetiva, definição de próximos passos, tratamento de matérias em aberto e capacidade de adaptação ao território, configurando um modelo de envolvimento comunitário robusto e assente na confiança.

O que já foi feito

Ação	Objetivo	Participantes	Conclusões
Assembleia da Junta – Queiriga (05.11.2022)	Divisão administrativa	Assembleia / Junta de Freguesia	Enquadramento para contratualização
Assembleia de Compartes – Côta (03.12.2022)	Debate e submissão da proposta	Associação de Compartes dos Baldios de Côta	Aprovação da cessão de 110 ha
Assinatura de contrato – Queiriga (20.12.2022)	Formalização	Junta de Freguesia de Queiriga	Contrato assinado
Reuniões de trabalho – Côta (desde 2022, 2-3 por mês)	Divisão administrativa e preparação contratual	Junta de Freguesia de Côta	Processo de contratualização; contrato assinado em 28.02.2024

Ação	Objetivo	Participantes	Conclusões
Reuniões de trabalho – Queiriga (desde 2022, ~1/mês)	Acompanhamento territorial	Junta / atores locais	Continuidade do envolvimento
Reuniões de trabalho – Ferreira de Aves (desde 2023, 2/3 por mês)	Divisão administrativa	Junta de Freguesia de Ferreira de Aves	Processo contratual contínuo
Assembleia de Compartes – Queiriga (13.07.2023)	Debate e instalação de Torre de Medição	Associação de Compartes dos Baldios de Queiriga	Aprovação e assinatura da cessão de 135 ha
Queiriga - 1.º Aditamento ao Contrato com separação dos terrenos da Junta de Freguesia e dos Baldios (10.08.2023)	Formalização e assinatura de contrato de arrendamento com JF Queiriga (15,6 ha) e cessão de exploração com Baldio (135 ha)	Junta de Freguesia de Queiriga	Contrato assinado
Assembleias – Ferreira de Aves (12.10.2023)	Debate e termos do projeto	Associação de Compartes dos Baldios	Aprovação da cessão de 350 ha
Assinatura de contrato – Ferreira de Aves (30.11.2023)	Formalização	Junta de Freguesia de Ferreira de Aves	Contrato assinado
Assembleia de Compartes – Côta (15.12.2023)	Debate e submissão da proposta	Associação de Compartes dos Baldios de Côta	Aprovação da cessão de 110 ha
Assinatura de contrato – Côta (28.02.2024)	Formalização	Junta de Freguesia de Côta	Contrato assinado
Reuniões de trabalho – Quintela da Lapa (desde 2024)	Divisão administrativa	Junta de Quintela da Lapa	Continuidade da auscultação
Identificação de interlocutores – Gradiz (2025)	Mapeamento de stakeholders	Junta de Gradiz; Associação de Compartes	Interlocutores identificados e determinados em prosseguir com contratação

Ação	Objetivo	Participantes	Conclusões
Situação contratual – Baldios de Aguiar da Beira e Coruche (2025)	Enquadramento da cessação e continuação	Associação de Compartes dos Baldios	Unanimidade para prosseguir
Renovação de poderes – Aguiar da Beira e Coruche (2025)	Prosseguimento em assembleias	Junta de Aguiar da Beira e Coruche	Unanimidade para prosseguir
Duas assembleias – Pinheiro (2025)	Deliberação comunitária	Associação de Compartes dos Baldios de Pinheiro	Última assembleia aprovou; nova assembleia prevista para acrescido sufrágio comunitário
Atas e aprovações – Pinheiro (2025)	Viabilizar assinatura	Junta de Pinheiro	Processo não contratado por insuficiência documental
Duas sessões – Quintela da Lapa (2025)	Esclarecimento sobre viabilidade e impactes	Associação de Compartes / comunidade	Preparação da deliberação
Contratos com particulares locais - Freguesia de Aguiar da Beira e Coruche (2025 e 2026)	Consolidar posições nas imediações dos terrenos baldios de Aguiar da Beira	Proprietários locais	Unanimidade para prosseguir
Assembleia deliberativa – Quintela da Lapa (31.03.2025)	Deliberação	Associação de Compartes dos Baldios	Aprovação unânime da cessão de 350 ha
Reunião – Câmara Municipal de Aguiar da Beira (15.05.2025)	Apresentação eólico	Presidente da Câmara e LSbp	Mostrou-se favorável ao desenvolvimento do projeto
Reunião – Câmara Municipal de Sernancelhe (15.05.2025)	Apresentação eólico	Presidente da Câmara, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo e LSbp	Mostrou-se favorável ao desenvolvimento do projeto
Sessão alargada – Queiriga (28.05.2025)	Progresso do projeto	Associação de Compartes, convidados	Reforço do envolvimento comunitário

Ação	Objetivo	Participantes	Conclusões
		e movimentos associativos	
Assembleias – Ferreira de Aves (27.11.2025)	Debate e termos do projeto	Associação de Compartes dos Baldios	Aditamento para 368 ha
Assinatura de contrato – Quintela da Lapa (23.02.2026)	Formalização	Associação de Compartes / entidades locais	Contrato assinado
Assinatura de aditamento – Ferreira de Aves (25.03.2026)	Aumento de área para 6 aerogeradores	Junta / estruturas locais	Área de cessão aumentada para 368 ha
Reunião – Câmara Municipal de Viseu (05.05.2026)	Atualização solar/eólico, memorando de entendimento, fundo, empregabilidade, comunidades e banco de energia	Presidente da Câmara e LSbp	Disponibilidade para assinar memorando; envio de minuta, plano e contactos como próximos passos
Reunião – Côta (13.05.2026)	Apresentação, localização das turbinas, comunidades de energia e fundo	Junta de Côta, Assembleia de Freguesia e Compartes	Posição favorável; preocupação com redução do número de turbinas; interesse nas comunidades de energia e no fundo
Reunião – União de Freguesias de Aguiar da Beira e Coruche e Pinheiro (13.05.2026)	Apresentação, auscultação, questões sobre baldios, caça, ruído, IMI e escolas	Representantes das assembleias, juntas, vereadores e empresários	Posição favorável ao projeto; prioridade à regularização dos baldios
Reunião – Câmara Municipal de Sátão (14.05.2026)	Atualização solar/eólico, memorando de entendimento, fundo, empregabilidade, comunidades e banco de energia	Presidente da Câmara de Sátão e LSbp	Posição favorável ao memorando

Ação	Objetivo	Participantes	Conclusões
Reunião – Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (14.05.2026)	Atualização solar/eólico, memorando de entendimento, fundo, empregabilidade, comunidades e banco de energia	Presidente da Câmara e LSbp	Disponibilidade para assinar memorando
Reunião – Ferreira de Aves (14.05.2026)	Apresentação, perceções, impactes, comunidades de energia e caça	Junta, Assembleia, Compartes, pároco, ONG, empresários e população	Benefícios entendidos como superiores aos impactes

Tabela 2a - Escuta Ativa - Sessões realizadas

Ação	Objetivo	Participantes	Conclusões
Sessão de divulgação do projeto na freguesia de Quintela da Lapa, concelho de Viseu (27.05.2026)	Progresso do projeto	Assembleia de Compartes e Assembleia da Junta de Freguesia	Agendada para a data de conclusão do relatório
Sessão de divulgação do projeto na freguesia de Queiriga, concelho de Vila Nova de Paiva (28.05.2026)	Progresso do projeto	Assembleia de Compartes e Assembleia da Junta de Freguesia	Agendada para a data de conclusão do relatório

Tabela 2b - Escuta Ativa – Sessões agendadas

ENVOLVER

O projeto renovável oferece uma oportunidade de crescimento e benefício para a região e para as comunidades locais.

Benefícios Macro

O Parque Eólico do Paiva apresenta um conjunto de benefícios estruturais com impacto relevante ao nível energético, ambiental e económico, evidenciando-se como uma infraestrutura com contributo significativo para a transição energética e para a sustentabilidade territorial, ao nível regional e nacional.

- *Contributo relevante para a produção de energia renovável*

Com uma **potência instalada prevista de 324 MW**, materializada em 45 aerogeradores de 7,2 MW cada, a que corresponde a **produção de eletricidade de 571 GWh por ano**, o projeto assume uma dimensão relevante no sistema elétrico nacional e reforça a capacidade de geração de energia renovável.

- *Contributo para a contenção do aumento do custo da eletricidade e diminuição da tarifa de energia aos consumidores domésticos e industriais, bem como gestão eficiente de energia*

A diversificação tecnológica proporcionada pela integração entre energia eólica, produção fotovoltaica e armazenamento contribui para **reforçar a segurança energética, aumentar a resiliência do sistema e apoiar uma gestão mais eficiente da produção renovável.**

- *Redução expressiva de emissões de gases com efeito de estufa*

Um dos principais benefícios macro do projeto reside no seu contributo para a descarbonização da economia, através do reforço da produção renovável e da substituição progressiva de fontes energéticas de maior intensidade carbónica.

O Parque Eólico do Paiva irá permitir **evitar a emissão de cerca 504 711 toneladas CO₂e** no final de vida útil do Projeto (40 anos) o que corresponde ao **consumo de 185 466 consumidores por ano**.

Este contributo deve ser lido em articulação com as metas nacionais e europeias de transição energética, bem como com a capacidade do projeto para reforçar uma trajetória de desenvolvimento mais sustentável nos territórios abrangidos.

- *Escala e eficiência da infraestrutura energética*

A instalação de **45 aerogeradores distribuídos por três núcleos territoriais** evidencia a escala e relevância da infraestrutura, exigindo simultaneamente um desenho cuidadoso, soluções de mitigação adequadas e uma articulação estreita com as especificidades sociais, ambientais e paisagísticas do território.

- *Integração de preocupações ambientais e de biodiversidade*

Para além do contributo energético e climático, o projeto incorpora um conjunto de medidas e preocupações que demonstram um compromisso ativo com a sustentabilidade ecológica e territorial:

- ✓ Adoção de medidas de mitigação acústica e de ajustamentos operacionais nos aerogeradores com maior sensibilidade associada ao ambiente sonoro
- ✓ Implementação de medidas de monitorização e proteção de avifauna, quirópteros, lobo-ibérico e outros habitats sensíveis, em consonância com as condicionantes identificadas
- ✓ Integração de preocupações paisagísticas e territoriais, com especial atenção às aldeias mais expostas e a locais identitários como o Santuário de Nossa Senhora da Lapa
- ✓ Articulação entre mitigação ambiental, gestão territorial e comunicação pública, favorecendo uma abordagem adaptativa ao longo do ciclo de vida do projeto
- ✓ Preservação, sempre que possível, dos elementos identitários da paisagem e dos usos locais do território, promovendo uma inserção mais equilibrada da infraestrutura energética
- ✓ Integração e reforço das **faixas de gestão de combustível**, o que contribui para a **redução do risco de incêndio**, especialmente relevante na região

Estas medidas evidenciam uma abordagem que procura mitigar impactes e promover a coexistência entre infraestrutura energética, ecossistemas sensíveis e comunidades locais.

- *Monitorização e gestão ambiental contínua*

O projeto prevê ainda mecanismos de acompanhamento e controlo ambiental e territorial, incluindo:

- ✓ Monitorização de avifauna, quirópteros, lobo-ibérico, habitats sensíveis e demais descritores ecológicos relevantes
- ✓ Acompanhamento do ambiente sonoro, das condições de operação e da evolução dos temas de maior sensibilidade no território
- ✓ Implementação de planos de controlo com medidas preventivas, corretivas e adaptativas ao longo das diferentes fases do projeto

Este modelo garante uma gestão adaptativa ao longo do tempo, reforçando a sustentabilidade da operação.

- *Plano para a desativação das infraestruturas no final da operação e restauração da paisagem natural*

No final da vida útil do projeto, a desativação das infraestruturas deverá ser acompanhada de medidas de reposição e recuperação paisagística adequadas ao território e às condicionantes ambientais aplicáveis.



Figura 6 - Eixos de valor partilhado: qualidade de vida, desenvolvimento económico local e transição energética.

Em termos macro, o Parque Eólico do Paiva destaca-se pela combinação de:

- ✓ Elevada capacidade instalada de produção de energia renovável
- ✓ Articulação entre geração eólica, produção fotovoltaica e armazenamento.
- ✓ Contributos para a segurança energética e para a diversificação tecnológica do sistema energético
- ✓ Impacto económico relevante na economia local e regional, sobretudo nas fases de construção e operação
- ✓ Integração de medidas ambientais e de proteção da biodiversidade

Trata-se, assim, de um projeto que alia escala energética a responsabilidade ambiental e territorial, contribuindo de forma concreta para a transição energética e para um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Benefícios de Proximidade

▪ Benefícios financeiros e retorno coletivo

- ✓ Captação de 250 milhões de euros de investimento no conjunto dos concelhos abrangidos;
- ✓ Valorização de mecanismos de retorno coletivo associados aos territórios e comunidades abrangidas, com especial atenção aos baldios e demais formas de gestão comunitária da terra
- ✓ Reforço das receitas e da capacidade de investimento local através de contrapartidas, dinamização económica e efeitos indiretos do projeto, nos termos legal e contratualmente aplicáveis

▪ Impacto económico e criação de emprego

Durante as fases de construção e operação, o projeto poderá contribuir para:

- ✓ Dinamização económica local e regional
- ✓ Geração de rendimento no território
- ✓ Envolvimento da mão de obra local em projetos de transição energética
 - Estima-se a criação de até 300 postos de trabalho durante a construção do Parque Eólico do Paiva

Este efeito é particularmente relevante em regiões de baixa densidade, onde oportunidades de emprego são mais limitadas.

▪ Compatibilização de usos comunitários com a implantação e operação do projeto eólico

Ao longo do ciclo do projeto, a compatibilização com usos comunitários deverá assentar numa gestão cuidada de acessos, caminhos rurais, atividades florestais, pastoreio extensivo e demais práticas locais, contribuindo para:

- ✓ Melhoria das condições de circulação e acesso no território
- ✓ Promoção da resiliência territorial e apoio à prevenção de incêndios
- ✓ Redução de constrangimentos desnecessários às atividades locais
- ✓ Valorização paisagística e interpretativa de pontos relevantes do território
- ✓ Diversificação de oportunidades locais associadas a serviços, turismo e educação ambiental
- ✓ Incentivo a uma gestão integrada do território, articulada com autarquias, baldios e comunidades

Benefícios de proximidade:

O que já foi feito

Na perspetiva dos benefícios de proximidade, o Parque Eólico do Paiva tem vindo a gerar efeitos concretos e territorialmente significativos através de iniciativas que reforçam a capacidade de gestão comunitária dos baldios, valorizam o conhecimento local e contribuem para suprir insuficiências históricas em matéria de identificação, delimitação e formalização patrimonial.

Neste contexto, assumem particular expressão os levantamentos cadastrais desenvolvidos em diferentes freguesias, bem como os subsequentes procedimentos de registo dos artigos matriciais junto da Autoridade Tributária, do BUpi e da Conservatória do Registo Predial.

Estas iniciativas configuram um benefício direto para as comunidades locais, não apenas pela respetiva utilidade administrativa e jurídica, mas também pelo contributo que proporcionam para a consolidação de informação territorial que, em diversos casos, se encontrava incompleta, dispersa ou predominantemente assente na memória coletiva das populações.

Em **Côta**, o levantamento cadastral dos baldios permitiu proceder à delimitação e identificação cartográfica digital dos respetivos limites, incidindo sobre uma área de 690 hectares, com 24 km de perímetro e cerca de 480 pontos registados. Esta intervenção contou com o acompanhamento de responsáveis locais e de cidadãos detentores de conhecimento histórico sobre a estrutura fundiária e os limites das propriedades, evidenciando a integração de saber territorial acumulado ao longo de gerações. O procedimento foi complementado pelo registo dos artigos matriciais junto da AT, do BUpi e da CRP, reforçando a formalização jurídica e fiscal das propriedades comunitárias e promovendo maior segurança na respetiva identificação e gestão.

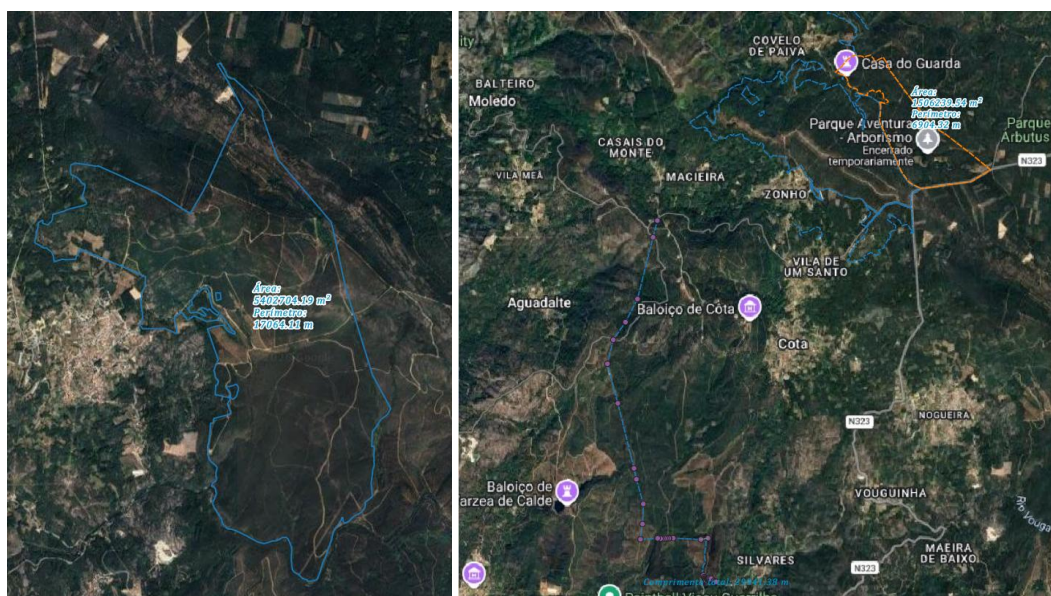


Figura 7 - Delimitação cadastral dos baldios de Côta.

Na **Queiriga**, verifica-se uma tipologia de benefício de natureza análoga. O levantamento cadastral dos baldios incidiu sobre uma área de 312 hectares, com 14,5 km de perímetro e cerca de 290 pontos registados, tendo contado com o acompanhamento de representantes locais com conhecimento aprofundado da realidade predial e fundiária. Também neste caso, a intervenção assume manifesto interesse coletivo, na medida em que contribui para a clarificação dos limites territoriais e para o reforço das condições de gestão dos ativos comunitários. À semelhança do verificado em Côta, o processo foi igualmente complementado pelo registo dos artigos matriciais junto da Autoridade Tributária, do BUpi e da Conservatória do Registo Predial.



Figura 8 - Delimitação cadastral dos baldios de Queiriga.

Em **Ferreira de Aves**, esta tipologia de benefício assume dimensão particularmente expressiva. O levantamento cadastral dos baldios abrangeu uma área de 1.403 hectares, com 55 km de perímetro e cerca de 1.094 pontos registados, tendo decorrido com periodicidade semanal ao longo de vários meses, sempre que as condições atmosféricas o permitiram. A sua execução contou com o acompanhamento de responsáveis locais e de cidadãos com conhecimento qualificado das propriedades, consubstanciando uma intervenção de utilidade concreta e duradoura para a comunidade. Também aqui, o registo dos artigos matriciais junto da AT, do BUPi e da CRP veio reforçar a consistência e permanência dos efeitos produzidos, promovendo maior robustez na organização e no reconhecimento patrimonial dos bens comunitários.

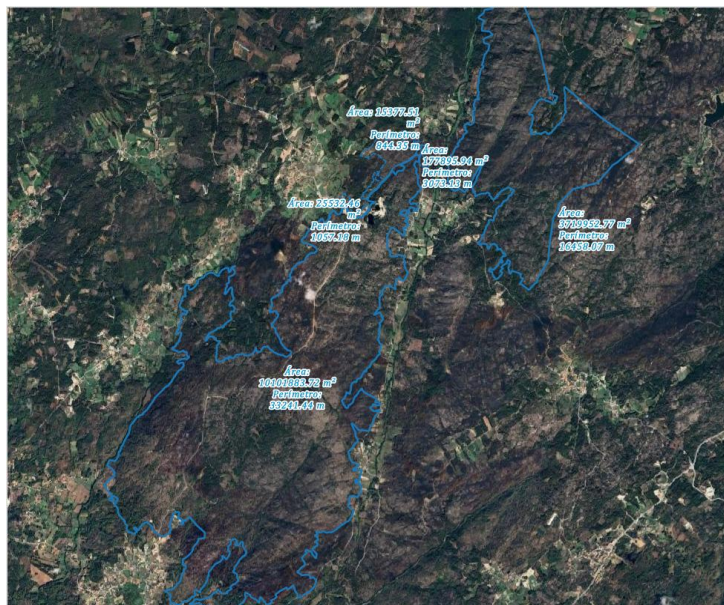


Figura 9 - Delimitação cadastral dos baldios de Ferreira das Aves.

Em termos globais, os benefícios de proximidade associados aos baldios não se circunscrevem ao seu valor técnico-operacional. Traduzem-se, de forma mais ampla, no **reforço da capacidade de organização**,

conhecimento e gestão do território comunitário, permitindo que as populações disponham de bases mais sólidas para a valorização futura dos seus recursos, para a salvaguarda dos seus interesses coletivos e para uma articulação mais qualificada com intervenções estruturantes incidentes sobre o território. Nesta medida, constituem uma componente materialmente relevante da integração territorial do projeto e da geração de valor local com vocação duradoura.

Os principais benefícios de proximidade identificados neste domínio sintetizam-se no quadro seguinte:

Ação	Objetivo	Participantes	Resultados
Levantamento cadastral dos Baldios de Côta	Delimitação e identificação cartográfica digital dos limites dos baldios	Presidente da Junta, Diretor/Administração do Baldio, cidadãos seniores locais	Cadastro concluído em 690 ha, 24 km de perímetro e cerca de 480 pontos
Registo dos artigos matriciais – Côta	Regularização fiscal e jurídica das propriedades comunitárias	Estruturas locais / comunidade	Registo na AT, BUPi e CRP
Levantamento cadastral dos Baldios de Queiriga	Delimitação e identificação cartográfica digital dos limites	Secretário da Junta e membro da direção/assembleia do baldio	Cadastro concluído em 312 ha, 14,5 km de perímetro e cerca de 290 pontos
Registo dos artigos matriciais – Queiriga	Regularização fiscal e jurídica das propriedades comunitárias	Estruturas locais / comunidade	Registo na AT, BUPi e CRP
Levantamento cadastral dos Baldios de Ferreira de Aves (atividade semanal durante largos meses)	Delimitação e identificação cartográfica digital dos limites	Presidente da Junta, Diretor/Administrador da Assembleia do Baldio, cidadãos com conhecimento relevante	Cadastro concluído em 1.403 ha, 55 km de perímetro e cerca de 1.094 pontos
Registo dos artigos matriciais – Ferreira de Aves	Regularização fiscal e jurídica das propriedades comunitárias	Estruturas locais / comunidade	Registo na AT, BUPi e CRP

Tabela 3 - Benefícios de proximidade – o que já foi feito

Parcerias estratégicas:

Adicionalmente, e com o objetivo de continuar a impulsionar o Plano de Benefício Partilhado, o desenvolvimento do Parque Eólico do Paiva deverá assentar em frentes prioritárias de articulação com entidades e grupos-chave do território, numa lógica de cooperação progressiva ao longo de toda a vida do projeto.

Destacam-se pelo seu interesse e relevância:

☒ Parceria com o PRO-MOV

O **PRO_MOV** é um programa nacional de **requalificação profissional**, criado em Portugal em 2021, integrado na iniciativa europeia *Reskilling 4 Employment (R4E)*. O seu objetivo central é **formar e reconverter profissionais**

para áreas com elevada procura no mercado de trabalho, contribuindo para a empregabilidade e para a competitividade económica.

Trata-se de uma iniciativa de natureza **público-privada**, liderada por grandes empresas como Sonae, SAP e Nestlé, em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e outras entidades empresariais. O programa envolve centenas de empresas e organiza-se em “laboratórios” temáticos (por exemplo, digital, indústria, saúde, energia ou turismo), nos quais são definidos percursos formativos alinhados com necessidades reais das empresas. A parceria com a Lightsource BP organizaria o Laboratório Temático “Energias Renováveis” com impacto ao nível da formação e empregabilidade dos recursos humanos locais.

- ☑ *Parceria com ONGs “Just A Change” e “Fundação Energia Responsável” para o desenvolvimento do Banco de Energia do Projeto*

O Banco de Energia é uma iniciativa de impacto social do Lightsource bp destinada a combater a pobreza energética através da redistribuição de recursos relacionados com a produção de energia, a indivíduos vulneráveis, famílias em situação de exclusão e/ou pobreza energética, grupos particularmente afetados pela transição energética, bem como a organizações sem fins lucrativos ou entidades públicas com impacto social significativo. Esta redistribuição é gerida por um processo bem organizado, transparente e totalmente rastreável, supervisionado por uma organização sem fins lucrativos com ampla experiência na implementação de programas de impacto social a nível local em todo o país.

A iniciativa colabora estreitamente com administrações públicas (como os serviços sociais dos municípios) e/ou organizações orientadas para o impacto social para identificar os Beneficiários, utilizando critérios claros e mensuráveis para garantir uma seleção eficaz e maximizar os resultados positivos.

- ☑ *Parceria com a ADENE – Agência para a Energia*

A colaboração entre **a ADENE – Agência para a Energia e a Lightsource bp**, tem como principal objetivo estabelecer uma parceria de cooperação nas áreas da **eficiência energética, transição energética e sensibilização da sociedade**.

De forma geral, ambas as entidades irão colaborar através de **apoio técnico mútuo, ações de formação, iniciativas de sensibilização e partilha de conhecimento**, com enfoque na promoção da literacia energética, na descarbonização e no combate à pobreza energética. A ADENE, enquanto entidade com missão pública na área da energia, aporta experiência em iniciativas como a *Rota da Energia* e o *Roteiro Indústria em Ação*, enquanto a Lightsource bp contribui com conhecimento técnico no domínio das energias renováveis.

- ☑ *Parceria com a Movilovem*

O objetivo principal desta Parceria é definir uma colaboração para o desenvolvimento de um projeto que visa designadamente incentivar o turismo jovem sustentável e a valorização do território.



Figura 10 – Parcerias estratégicas.

COLABORAR

O Plano de Benefícios Partilhados

A Lightsource BP, no quadro do seu compromisso com o território, irá estruturar o Plano de Benefícios Partilhados através de ações que derivam dos seguintes Eixos Programáticos:



Figura 11 - Eixos programáticos do Plano de Benefícios Partilhados.

Benefícios Partilhados:

O que já foi feito

No domínio dos benefícios partilhados, o Parque Eólico do Paiva vem materializando um conjunto de intervenções orientadas para a melhoria das condições de acessibilidade, mobilidade e utilização coletiva do território. Tais intervenções traduzem-se em vantagens concretas para as populações locais e para as entidades com responsabilidades na gestão, proteção e valorização da paisagem florestal. A sua relevância decorre do facto de articularem as necessidades de implantação e operação do projeto com infraestruturas de utilidade comunitária, permitindo que os investimentos associados ao parque gerem efeitos duradouros em matéria de segurança, conectividade territorial, acesso a prédios comunitários e reforço das condições de prevenção e combate a incêndios.

Em **Côta**, destaca-se a intervenção na via de interligação da povoação de Nogueira de Côta ao limite da freguesia com Queiriga, na ligação rodoviária ao eixo Sátão / Vila Nova de Paiva, **objeto de um investimento de 100.000 EUR**. Esta ação foi concebida para compatibilizar os traçados do projeto eólico com uma via estruturante para a comunidade local, gerando um **benefício direto para a população, expresso na redução estimada de 30 minutos nos tempos de deslocação e no reforço da segurança no uso das vias, com efeitos positivos nas ligações a Vila Nova de Paiva, Sátão e Viseu**.

Na **Quintela da Lapa**, o benefício partilhado assume a forma de melhoria e estabilização de uma via florestal de interligação entre povoações, numa extensão de 7 km, com um investimento de **20.000 EUR**. Esta intervenção foi orientada para **compatibilizar os traçados do projeto com uma infraestrutura útil à comunidade, contribuindo para melhores condições de acessibilidade, maior facilidade de circulação e reforço da segurança**.

Para além destas intervenções localizadas, encontram-se igualmente enquadradas **ações transversais sobre vias, caminhos, aceiros e demais acessibilidades ao longo do alinhamento e disposição dos aerogeradores**, incluindo realinhamentos destinados a perfis de via com menores curvaturas e inclinações, **bem como trabalhos de estabilização e consolidação de traçados, a executar em fase de construção e com manutenção prevista ao**

longo de 30 a 40 anos de exploração do parque. Estas intervenções assumem particular importância por melhorarem o acesso da população a prédios comunitários e a zonas anteriormente de difícil utilização, enquanto reforçam o apoio à Proteção Civil, ao CDOS e ao ICNF em matéria de prevenção e proteção da floresta. Acresce que esta valorização da rede de acessibilidades pode ainda favorecer usos complementares do território, designadamente de natureza pedonal e ciclável.

Nesta perspetiva, os benefícios partilhados associados às vias e acessibilidades constituem uma expressão concreta da criação de valor partilhado subjacente ao projeto. Com efeito, demonstram que os investimentos necessários à sua implantação e operação podem também traduzir-se em melhorias funcionais do território, com utilidade coletiva e vocação duradoura para as comunidades locais e para as entidades com responsabilidades de gestão territorial.

As principais intervenções enquadradas neste domínio sintetizam-se no quadro seguinte:

Ação	Objetivo	Participantes	Resultados
Via de interligação Nogueira de Côta – eixo Sátão / Vila Nova de Paiva	Conciliar os traçados do projeto com uma via estruturante para a comunidade	Comunidade local de Côta	Investimento de 100.000 EUR redução estimada de 30 minutos e reforço da segurança viária
Melhoria e estabilização de via florestal (7 km) – Quintela da Lapa	Conciliar vias e traçados do projeto com uma infraestrutura útil à comunidade	Comunidade local de Quintela da Lapa	Investimento de 20.000 EUR; melhoria das condições de acessibilidade e segurança
Vias, caminhos, aceiros e acessibilidades ao longo do parque	Adaptar perfis de via, estabilizar traçados e melhorar os acessos ao território	Comunidades locais; Proteção Civil; CDOS; ICNF	Melhoria do acesso a prédios comunitários, reforço da prevenção de incêndios e potencial de valorização para percursos pedonais e cicláveis

Tabela 4 - Benefícios partilhados - o que já foi feito

O que queremos fazer

No âmbito do desígnio **COLABORAR** a ambição da Lightsource BP é mais alargada por forma a garantir que o valor partilhado seja distribuído da forma o mais capilar possível.

Neste momento, existem vários programas, enquadrados nos eixos programáticos, que estão a ser debatidos com a comunidade local com o objetivo de definir a sua pertinência, dimensão e impacto. Uma vez co-desenhados estes e/ou outros programas de valor partilhado, a sua implementação materializar-se-á a partir do início da construção do Parque Eólico Paiva.

I. PLANO DE FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Objetivo:

Capacitar a população local e criar novas oportunidades de emprego relacionadas com o setor das energias renováveis. Este plano inclui cursos técnicos e profissionais especializados, desenvolvidos em parceria com

instituições de ensino, permitindo ainda a realização de estágios e a integração dos formandos na cadeia de valor do projeto.

Com um foco especial em jovens, desempregados e grupos vulneráveis, este programa pretende aumentar a empregabilidade, desenvolver competências técnicas e contribuir para o fortalecimento da economia local, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Capacitação da população local e na criação de oportunidades de emprego.

- Cursos técnicos e profissionais em energias renováveis
- Parcerias com instituições de ensino
- Estágios e integração na cadeia de valor do projeto
- Foco em jovens, desempregados e grupos vulneráveis

Impacto esperado:

Aumento da empregabilidade, desenvolvimento de competências técnicas e fortalecimento da economia local.

II. LITERACIA ENERGÉTICA E EDUCAÇÃO

Objetivo:

Programa é dirigido às escolas da região e visa promover o conhecimento sobre energia e sustentabilidade entre os estudantes. Através de sessões educativas para alunos do 3.º ao 12.º ano, capacitação de professores e visitas ao projeto, pretende-se criar um ambiente escolar mais consciente e informado sobre os desafios e oportunidades da transição energética.

Além disso, o programa inclui a atribuição de prémios de mérito para alunos, incentivando o esforço académico e o envolvimento ativo nas temáticas energéticas e ambientais.

Programa dirigido às escolas, **promovendo conhecimento** sobre energia e sustentabilidade.

- Sessões educativas para alunos (3.º ao 12.º ano)
- Capacitação de professores
- Visitas ao projeto
- Prémios de mérito para alunos

Impacto esperado:

Contribuirá para uma maior sensibilização das novas gerações sobre a importância da transição energética, a adoção de práticas mais sustentáveis no dia a dia e o desenvolvimento de competências essenciais para um futuro sustentável.

III. UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO (UPAC): PROMOVER A CONSTITUIÇÃO DE COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL (CER)

Objetivo:

A Lightsource bp pretende promover as Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC), facilitando que a energia produzida localmente pelo projeto seja partilhada entre moradores, empresas, instituições e entidades públicas da comunidade.

- Produção descentralizada ajustada às necessidades específicas do território.
- Redução dos custos de eletricidade durante o período de maior incidência solar.
- Participação voluntária dos membros da comunidade, incentivando a inclusão social e a responsabilidade conjunta.
- Operação, manutenção e gestão asseguradas por entidades especializadas, garantindo transparência e eficiência.

Através da evolução das UPACs, a comunidade local poderá optar por formar uma Comunidade de Energia Renovável (CER), que consiste em uma estrutura comunitária integrada por vários membros que gerem coletivamente a energia gerada, implicando um compromisso mais profundo e colaborativo na sua gestão e usufruto.

Impacto esperado

Redução significativa na fatura energética dos membros, diminuição da pegada carbónica do território e fortalecimento da coesão social pela participação ativa da comunidade na transição energética.

IV. BANCO DE ENERGIA LIGHTSOURCE BP PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

Objetivo:

O Banco de Energia é uma iniciativa de impacto social destinada a combater a pobreza energética através da redistribuição de recursos financeiros do Parque Eólico Paiva a indivíduos vulneráveis, famílias em situação de exclusão e/ou pobreza energética, grupos particularmente afetados pela transição energética, bem como a organizações sem fins lucrativos ou entidades públicas com impacto social significativo. Esta redistribuição é gerida por um processo bem organizado, transparente e totalmente rastreável, supervisionado por uma organização sem fins lucrativos com ampla experiência na implementação de programas de impacto social a nível local em todo o país.

A iniciativa colabora estreitamente com administrações públicas (como os serviços sociais dos municípios) e/ou organizações orientadas para o impacto social para identificar os Beneficiários, utilizando critérios claros e mensuráveis para garantir uma seleção eficaz e maximizar os resultados positivos.

Instrumento de combate direto à **pobreza energética**, através da redistribuição de benefícios gerados pelo projeto.

- Apoio a famílias em situação de vulnerabilidade
- Redução de custos energéticos
- Melhoria da eficiência energética doméstica
- Implementação com critérios transparentes e rastreáveis

Impacto esperado:

Melhoria das condições de vida e redução da exclusão energética, com articulação entre promotor, municípios e entidades sociais.

V. APOIO AO TURISMO LOCAL SUSTENTÁVEL

Objetivos

Esta ação visa promover o território através do reforço da sua atratividade turística, fomentando um desenvolvimento equilibrado e sustentável da região. Para tal, o programa apoia projetos e infraestruturas turísticas que valorizem o património natural e cultural local, capacita os agentes locais para uma melhor gestão e dinâmica turística, e incentiva a organização de eventos e atividades que promovam o envolvimento da comunidade e atraiam visitantes.

Promoção do território através do reforço da sua atratividade turística.

- Apoio a projetos e infraestruturas turísticas
- Valorização do património natural e cultural
- Formação de agentes locais
- Desenvolvimento de eventos e atividades

Impacto esperado

Espera-se contribuir para a diversificação da economia local, o aumento do turismo de proximidade e a valorização sustentável do território, consolidando o território como um destino turístico de referência, inclusivo e inovador.

VI. USO DUAL DO SOLO E AGROPECUÁRIA REGENERATIVA

Objetivos:

Esta iniciativa visa compatibilizar a produção energética do Parque Eólico Paiva com atividades agrícolas sustentáveis e regenerativas, promovendo a valorização do território e a proteção ambiental, especialmente numa área caracterizada por extensas zonas de floresta.

Práticas e medidas

- Pastoreio controlado de ovelhas autóctones dentro da área do parque, para a manutenção sustentável da vegetação e prevenção de combustíveis que alimentam incêndios.
- Promoção da apicultura como atividade agrícola complementar, incentivando a polinização natural e a conservação da biodiversidade.
- Introdução de práticas de agropecuária regenerativa, que melhoram a qualidade do solo e contribuem para a resiliência dos ecossistemas locais.
- Formação especializada para os produtores locais, focada em técnicas sustentáveis e métodos de prevenção de incêndios.
- Medidas específicas para controle e mitigação do risco de incêndios florestais, alinhadas com as políticas e diretrizes das autoridades locais de proteção civil e ambiental.

Impacto esperado

- Preservação e manutenção da atividade agrícola local, compatível com a operação do parque eólico.

- Melhoria significativa da biodiversidade, reforçando os habitats naturais da região.
- Redução do risco de incêndios florestais na área do projeto, contribuindo para a segurança das comunidades locais e do ecossistema.
- Diversificação das fontes de rendimento para os agricultores, estimulando a economia local e o desenvolvimento sustentável.

VII. FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL

Objetivos

O Fundo de Investimento Social tem como principal objetivo apoiar projetos sociais, culturais e comunitários que promovam o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades locais nas áreas de intervenção do projeto.

- O financiamento é atribuído através de concursos, a nível municipal e de freguesia, assegurando uma seleção transparente e justa.
- O fundo apoia iniciativas que tenham impacto direto e mensurável na comunidade, privilegiando projetos que respondam a necessidades reais e contribuam para o fortalecimento social e cultural.
- As autarquias locais participam ativamente na seleção dos projetos beneficiados e no acompanhamento da execução, reforçando a ligação entre as políticas públicas e as necessidades locais.
- A gestão do fundo é transparente, com monitorização contínua dos resultados para garantir a eficácia das intervenções e a correta aplicação dos recursos.

Impacto Esperado

- Reforço da coesão social e inclusão de grupos vulneráveis.
- Dinamização da vida comunitária, cultural e social, promovendo a participação e o desenvolvimento local.
- Melhoria da qualidade de vida e valorização do património cultural nas comunidades envolvidas.



Figura 12. Proposta de Programas de Benefícios Partilhados do Parque Eólico Paiva

PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação do projeto organiza-se em três períodos-chave, correspondentes às diferentes fases do desenvolvimento e implementação, com objetivos claros de construção de confiança, gestão de impactos e consolidação de uma relação de longo prazo com as comunidades.

Envolvimento ajustado à fase do projeto

Até ao Início da Construção

Objetivo: Fortalecer a licença social e co-criar com as comunidades as medidas de valor partilhado.

Nesta fase, o foco centra-se na solidificação de uma base de relacionamento com o território. Para tal, são desenvolvidas ações de proximidade com os principais *stakeholders*, incluindo Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, baldios, compartes, comunidades locais e demais entidades relevantes em cada núcleo territorial.

O plano prevê dar a conhecer o projeto através de encontros com comunidades e proprietários, sessões de esclarecimento, contacto com media local e regional e, quando relevante, com organizações ambientais e entidades setoriais. Paralelamente, deverão ser comunicadas de forma clara as principais medidas de mitigação associadas a ambiente sonoro, paisagem, biodiversidade, acessos e circulação.

A componente de envolvimento inclui a apresentação de uma primeira versão do Plano de Benefícios Partilhados, com especial enfoque na empregabilidade, na integração de fornecedores locais, nas prioridades de investimento territorial e nos mecanismos de retorno coletivo associados ao projeto.

Durante a Construção

Objetivo: Minimizar impactos, manter a confiança e iniciar a implementação de medidas de valor partilhado

Durante a fase de construção, o plano centra-se na mitigação de impactos e na manutenção de uma relação de confiança com as comunidades.

Serão comunicadas de forma ativa as medidas de minimização de impactos associados à obra, nomeadamente ao nível de poeiras, ambiente sonoro, tráfego e impacto visual, através de editais, sessões com as comunidades e distribuição de materiais informativos.

A confiança será reforçada através de reuniões regulares com autarquias, contacto contínuo com media local e regional e organização de visitas ao local da obra, permitindo maior transparência sobre o desenvolvimento do projeto. O mecanismo de gestão de reclamações será operacionalizado, garantindo respostas fiáveis e atempadas às questões levantadas.

Adicionalmente, será garantida a presença no terreno de um representante da Lightsource bp para atender a consultas e incidências, bem como a comunicação progressiva das ações implementadas no âmbito do Plano de Benefícios Partilhados.

Da Conclusão da Obra ao Início da Operação

Objetivo: Garantir o contacto de longo prazo e continuar a implementação de medidas de valor partilhado

Na fase final, o foco passa para a consolidação da relação com o território numa perspetiva de longo prazo.

Serão mantidos contactos periódicos com as comunidades e stakeholders institucionais, assegurando continuidade no diálogo. O mecanismo de gestão de reclamações continuará ativo, bem como os canais digitais de informação.

Paralelamente, será dada continuidade à execução, atualização e comunicação do Plano de Benefícios Partilhados, com especial destaque para a melhoria de acessibilidades, iniciativas de valorização territorial, benefícios coletivos e mecanismos de relacionamento de longo prazo com o território.

Envolvimento focado no empoderamento local

No contexto da implantação de projetos de energia renovável e designadamente de parques eólicos, constata-se que os processos de informação, articulação institucional e envolvimento das comunidades locais são, com frequência geridos de forma casuística, bilateral sem que o território e designadamente quem o governa tenha uma visão global e articulada do respetivo desempenho técnico e sócio-económico.

Em numerosos casos, as populações apenas adquirem conhecimento efetivo da concretização dos projetos numa fase já avançada da sua execução, designadamente no momento de entrada em obra, o que limita as condições de acompanhamento informado e reduz a previsibilidade quanto aos impactes, às oportunidades e às formas de relação com o território.

Do mesmo modo, a interação com as entidades públicas competentes, em particular com as autarquias locais, tende a ocorrer de forma funcionalmente circunscrita às exigências procedimentais aplicáveis, sem que daí resulte, necessariamente, um modelo continuado de interlocução, acompanhamento e participação.

Neste enquadramento, considera-se necessária a adoção de soluções institucionais que permitam estruturar, de forma estável e continuada, os mecanismos de articulação entre o promotor, as autoridades locais e as comunidades abrangidas. Com esse objetivo, a Lightsource bp prevê a implementação de um modelo de governança partilhada, suportado por um mecanismo próprio, permanente e territorialmente ancorado, orientado para o reforço da transparência, da circulação de informação relevante e da capacidade de acompanhamento do projeto ao longo das diferentes fases do seu desenvolvimento.

Comissão de Acompanhamento do Parque Eólico Paiva

Para concretização desse modelo, será instituída uma **Comissão de Acompanhamento do Parque Eólico Paiva**, enquanto estrutura formal de articulação institucional, consulta e acompanhamento do projeto. A referida Comissão integrará o Promotor, o Presidente da Câmara Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia territorialmente abrangidas, reunindo com periodicidade a definir ao longo das fases de implementação e exploração do projeto.

No âmbito das respetivas atribuições, caberá à Comissão acompanhar a evolução do projeto, apreciar matérias com incidência territorial relevante, designadamente impactes e oportunidades associados à sua implantação e exploração, promover a partilha de informação considerada pertinente e contribuir para a identificação, prevenção e resolução atempada de questões suscitadas em contexto local. Sempre que a natureza das matérias em apreciação o justifique, poderá ainda ser promovida a participação de representantes de diferentes setores de atividade ou áreas de especialidade, quer para efeitos de aprofundamento técnico, quer para efeitos de reforço dos mecanismos de envolvimento das comunidades e de análise de soluções associadas à concretização de benefícios partilhados.

A adoção deste modelo de governança visa, assim, estabelecer um quadro de acompanhamento estruturado, contínuo e multilateral, suscetível de reforçar a qualidade da articulação territorial do projeto, melhorar as condições de interlocução institucional e assegurar um maior alinhamento entre a execução do projeto e os interesses legítimos das comunidades locais.

Memorando de Entendimento com todos os Municípios

A governação partilhada é um princípio essencial para assegurar legitimidade e proximidade territorial, mas, por si só, não é suficiente. Um acompanhamento eficaz exige um quadro de referência claro, capaz de orientar prioridades, responsabilidades e mecanismos de monitorização. Do mesmo modo, a exequibilidade das decisões depende de um compromisso financeiro efetivo, enquanto a estabilidade dos projetos requer um quadro de compromisso plurianual que confira previsibilidade à ação no tempo. A representatividade das decisões pressupõe igualmente o envolvimento de atores com forte capilaridade territorial, capazes de refletir as dinâmicas, necessidades e expectativas reais das comunidades. Acresce que a definição de prioridades exige planeamento, e a qualidade das iniciativas a apoiar depende necessariamente de critérios de seleção claros e consistentes.

Neste contexto, a LSBP propôs a assinatura de um **Memorando de Entendimento com todos os Municípios abrangidos pelo Parque Eólico Paiva** — Sátão, Sernancelhe, Vila Nova de Paiva, Viseu e Aguiar da Beira — como instrumento de cooperação institucional e de estruturação do envolvimento territorial.

O Memorando de Entendimento estabelece os princípios de colaboração entre o Promotor e cada Município, centrando-se em duas dimensões principais: por um lado, a definição de uma abordagem estruturada de envolvimento das comunidades locais; por outro, o enquadramento para a criação de um **Fundo de Investimento Comunitário** com uma dotação anual indicativa máxima de **1.500 euros por MW instalado/ano** (deduzidos os eventuais encargos tributários municipais pagos no exercício pelo Promotor) a vigorar ao longo do ciclo de vida da exploração comercial do projeto

Nos termos em que se encontra delineado, o mecanismo em referência assume natureza estritamente voluntária, não decorrendo do cumprimento de qualquer obrigação legal, regulamentar ou procedimental especificamente imposta ao Promotor, antes consubstanciando uma iniciativa complementar de cooperação institucional e de reforço da articulação territorial. A proposta de celebração de Memorandos de Entendimento com os Municípios abrangidos pelo Projeto materializa, neste contexto, a intenção de estabelecer um quadro de relacionamento estável, estruturado e continuado com as entidades territoriais relevantes e com as comunidades locais, reconhecendo-se que a sustentabilidade do Parque Eólico do Paiva não se esgota na respetiva viabilidade técnica, ambiental, económica ou financeira. Com efeito, a valorização de mecanismos de proximidade, diálogo, previsibilidade e acompanhamento participado constitui uma dimensão relevante da inserção territorial do Projeto e um fator suscetível de contribuir para o reforço da sua legitimidade, estabilidade e sustentabilidade no médio e longo prazo.

CONCLUSÃO

O Parque Eólico Paiva assume-se como uma iniciativa estratégica no contexto da transição energética, combinando uma elevada capacidade de produção de energia renovável com uma abordagem responsável à integração territorial e comunitária.

A estratégia de envolvimento das comunidades baseia-se em princípios de proximidade, transparência e escuta ativa, promovendo um diálogo contínuo com os diferentes *stakeholders* ao longo de todo o ciclo de vida do projeto e reconhecendo a importância particular das autarquias, baldios, compartes, comunidades locais e entidades temáticas.

Paralelamente, o Plano de Benefícios Partilhados procura assegurar que os ganhos associados ao projeto se traduzem em benefícios concretos para o território, nomeadamente ao nível da criação de emprego, qualificação, dinamização económica, melhoria de acessibilidades, valorização territorial e reforço da confiança entre projeto e comunidades.